



NÔ PINTCHA

ÓRGÃO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E TURISMO

REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AV. DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA — TELEFS.: 3713/3726/3728 — BISSAU

CONSELHO DOS COMISSÁRIOS

MEDIDAS PARA CONTROLAR PREÇOS

O Conselho de Comissários de Estado decidiu criar uma Comissão Reguladora dos Preços, de que farão parte representantes dos Comissariados do Comércio, Desenvolvimento, Económico, Finanças, Justiça, Segurança, Agricultura e Administração Interna. Esta comissão, para além do estudo dos problemas dos preços vai ser dotada com uma brigada móvel para executar as decisões adequadas.

O Conselho de Comissários presidido pelo camarada Luiz Cabral na reunião habitual das quartas-feiras, em que foi tomada aquela decisão, estudou também os problemas da Sociedade Comercial Ultramarina e apreciou o Estatuto Orgânico do Comissariado da Administração Interna.

Foi também resolvido adquirir, pelo Estado, a casa onde nasceu o camarada Amílcar Cabral, em Bafatá, e iniciar os preparativos para a construção do Centro de Cultura Islâmica, no Gabú. Foi estudado ainda, um projecto de decreto sobre a admissão de trabalhadores estrangeiros em empresas estabelecidas em território nacional.

MENSAGEM DE LUIZ CABRAL PELA MORTE DE MAFORY BANGOURA

Mensagens de condolências pela morte da militante guineense Hadja Mafory Bangoura foram enviadas pelos camaradas Presidente Luiz Cabral e Carmen Pereira, respectivamente ao Presidente Sekou Touré e ao Comité Nacional das Mulheres do Partido Democrático da Guiné.

Diz o seguinte, o telegrama enviado pelo Presidente Luiz Cabral:

«Foi com grande consternação que soubemos pelas antenas da Rádio-Colonakry a morte, depois de uma longa doença, da nossa companheira de luta Hadja Mafory Bangoura, membro do Comité Central do P.D.G., e presidente do Comité Nacional das Mulheres da Guiné.

Esta dor que aflige hoje o povo irmão da Guiné é também duramente ressentida pelo conjunto dos militantes do PAIGC e do nosso povo. Hadja Mafory Bangoura, militante de primeira hora do P.D.G., que tinha sofrido as noites sombrias do colonialismo e que soube pela sua coragem, tenacidade, convicção e devoção ao Partido, conduzir as mulheres da Guiné à vitória do 28 de Setembro de 1958, permanecerá para sempre nas mais belas páginas da história do nosso Continente.

tória do nosso Continente.

O nosso povo, que guarda da pessoa da nossa camarada de luta Hadja Mafory Bangoura a melhor recordação e o mais belo exemplo na luta contra o colonialismo será representado nos funerais, para render uma última homenagem à memória da grande desaparecida. Nestes momentos dolorosos de luto, peço-vos caro irmão e camarada em nome do nosso povo, da Direcção Nacional do PAIGC, do Conselho de Estado e em meu nome pessoal para se dignar receber e transmitir ao povo irmão da Guiné, ao Comité Central do P.D.G., do Governo da República da Guiné e à família enlutada, as nossas mais sentidas condolências.

Por sua vez, o telegrama enviado pela camarada Carmen Pereira, é do seguinte teor:

«Foi com profunda tristeza que recebemos a notícia da morte, que se seguiu a uma longa doença, da camarada Mafory Bangoura, Membro do Comité Central do Partido Democrático da Guiné e Presidente do Comité Nacional das Mulheres da Guiné. O triste desaparecimento da camarada Mafory Bangoura, que provocou uma grande emoção no coração de todas as mulheres do Partido Africano para a Independência da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde, constitui uma grande perda para todas as mulheres combatentes do mundo progressista em geral e das mulheres da República da Guiné em particular. A vida da grande desaparecida, que está ligada à vida do Partido Democrático da Guiné e à das Mulheres Africanas em luta, ao lado dos homens, para a libertação do nosso Continente de toda a forma de dominação estrangeira, ficará gravada em letras de ouro na história do Movimento Panafricano das Mulheres. A coragem, a força, a convicção e o devotamento com que ela soube conduzir as mulheres do P.D.G. na grande vitória do 28 de Setembro de 1958, ficará como um exemplo fecundo para a nossa Organização Continental. Neste momento de luto que afecta o total das mulheres africanas e particularmente as mulheres da República da Guiné, pedimo-vos, em nome da Comissão Nacional das Mulheres do PAIGC, para receber e transmitir às mulheres do PDG, ao povo irmão da República da Guiné e à família enlutada, as nossas condolências e os mais sentidos pésames, que a sua alma repouse em paz».

(Continua na página 7)

C. M. A.

Uma das principais dirigentes da Organização da Mulher Angolana, O.M.A., a camarada Luísa Inglês, esteve recentemente na Guiné-Bissau, acompanhando o camarada Presidente Agostinho Neto na sua histórica visita ao nosso país. Na edição de hoje de «Nô Pintcha», publicamos uma entrevista com aquela dirigente da O.M.A., em que são abordados problemas relacionados com a luta da mulher angolana. (Ver página 2).

EDUCAÇÃO

O ministro da Educação de Cabo Verde, camarada Carlos Reis, que é membro do Conselho Superior da Luta do Partido, concedeu ao enviado do nosso jornal uma entrevista que inserimos hoje, sobre a situação no país irmão, no campo educacional. (Ver página 3).

MOÇAMBIQUE

O Secretário-Geral do Partido Comunista Português, camarada Álvaro Cunhal, esteve dois dias em Moçambique, à frente de uma delegação do seu partido, travando conversações com a FRELIMO, representada pelos seus dirigentes máximos, camaradas Samora Machel e Marcelino dos Santos. Antes da partida para Angola, onde se encontra agora, o camarada Álvaro Cunhal referiu-se às relações entre os povos português e moçambicano. (Ver página 7).

RODÉSIA

Foi inaugurada ontem em Lusaka a reunião de alto nível entre os Chefes de Estado de Moçambique, da Tanzânia, do Botswana e da Zâmbia, respectivamente Samora Machel, Julius Nyerere, Seretse Khama e Kenneth Kaunda. Os quatro dirigentes vão estudar a situação na Rodésia, cujo Governo racista se obstina em não reconhecer os direitos da maioria negra do território. Eles examinarão o resultado das conversações entre Ian Smith e Nkomo, as quais se malograram recentemente, e tomarão as medidas necessárias para intensificar a luta libertadora do povo de Zimbábue. (Ver página 7).

OS MILITARES TOMARAM O PODER NA ARGENTINA

— JUNTA DE GENERAIS GOVERNA O PAÍS

— ESTELA PERON DETIDA

NOVA YORK (TASS) — Segundo as agências estrangeiras, foi operado na Argentina um golpe de Estado, encontrando-se presa a presidente Maria Estela Martinés de Peron. O comunicado oficial transmitido pela rádio argentina afirma ainda que o comando militar, tendo

à cabeça o general de divisão Jorge Rafael Videla, tomou o poder no país.

LUGAR INCERTO

Buenos Aires (AFP) — Maria Estela Peron encontra-se detida sob guarda militar no centro do país. O lugar exacto da sua detenção não foi, todavia, precisado e, segundo um comunicado da Junta Militar, a sua segurança é garantida pelas forças armadas.

Funcionários do Governo da senhora Peron, acusados de delitos de direitos comuns foram detidos, precisa o comunicado, acrescentando ainda que o secretário privado da ex-presidente, Júlio González e o chefe da sua guarda pessoal, Egardo Luigi, foram por

sua vez detidos no aeroporto de Buenos Aires.

A Junta Militar acaba de proibir toda a navegação aérea, fluvial ou marítima em todo o território argentino.

Um comunicado difundido pela rádio precisa que nenhum avião poderá circular no espaço aéreo argentino sem uma autorização expressa pelas autoridades militares. Toda a navegação privada ou pública está doravante interdita até nova ordem.

As diversas pastas do novo Governo militar argentino foram atribuídas, segundo fonte segura, aos chefes militares do país. Segundo esta fonte, o governo é composto como se segue:

(Continua na página 7)

«Nô Pintcha» entrevista advogado anti-fascista

Dos julgamentos de Vasco Cabral e Pedro Peralta aos processos de Angola e S. Tomé e Príncipe

«Os dominadores coloniais só começaram a organizar processos judiciais contra os povos que lutavam de armas na mão pela sua independência, quando lhes convinha para tirarem efeitos políticos internacionais. À medida que a PIDE se ia instalando por todas as colónias, actuava com rigor extremo: não só es-

pancava como matava, cometia assassinatos em massa, verdadeiros genocídios; mas só organizava determinados processos para tirar efeitos internacionais que lhes convinham em determinadas circunstâncias».

Manuel João da Palma Carlos. Advogado. Anti-fascista português. Um homem que os patrio-

tas e nacionalistas das antigas colónias portuguesas se habituaram a respeitar e a admirar pela sua contribuição corajosa, na barra dos tribunais em defesa dos que iam caindo na alçada da PIDE e o Governo fascista pretendia encarcerar.

(Continua nas centrais)

AGOSTINHO NETO REGRESSOU A LUANDA

LUANDA (ANOP) — O Presidente Agostinho Neto chegou na segunda-feira passada à noite a Luanda, no regresso de uma visita a vários países africanos, durante a qual estabeleceu contactos com diversos Chefes de Estado.

O Presidente do MPLA e da República Popular de Angola tinha a aguardado no aeroporto, representantes das organizações de massas do MPLA, além de quase todo o elenco governativo. Referindo-se à sua visita e às decisões tomadas, Agostinho Neto acentuou o facto de as forças regulares da África do Sul se retirarem do território angolano dentro de alguns dias.

Termina amanhã a Semana do Filme Soviético

O camarada Presidente Luiz Cabral assistiu, a noite passada, à exibição do filme «Sétima Baia», no cine-Udib, em Bissau, onde tem estado a decorrer a «II Semana do Filme Soviético».

À iniciativa desta «Semana», que tem obtido o maior êxito junto do público da capital, que todas as noites enche a referida sala de espectáculos, junta-se agora a da vinda de um grupo de artistas soviéticos que darão espectáculos de variedades na nossa terra. Estes artistas encontram-se já em Bissau.

A «Semana do Filme Soviético» prossegue esta noite, com a película «Carrilhão do Kremlin». Amanhã à mesma hora o «Último Assalto» encerra o ciclo.

Luisa Inglês, da O.M.A.

A mulher angolana participa activamente na tarefa da produção e resistência

«O principal objectivo da Organização da Mulher Angolana é fazer a luta pela emancipação da mulher e dinamizar o trabalho a nível das massas à escala nacional, seguindo a linha política do MPLA», começou por dizer a camarada Luisa Inglês da Comissão Nacional da O.M.A., numa entrevista que concedeu ao «NÔ PINTCHA», durante a visita do camarada Presidente Agostinho Neto à Guiné-Bissau.

Ao longo das suas declarações, a camarada Luisa falou do papel das mulheres angolanas na luta de libertação nacional, salientando que elas devem estar ao lado dos combatentes que enfrentam o inimigo de armas na mão. «Agora que estamos na fase da reconstrução nacional, as mulhe-

res também se encontram enquadradas em todos os níveis sociais, em departamentos governamentais, nas fábricas, no campo e em todos os departamentos do Partido. É este o nosso objectivo porque, só assim, podemos sentir que a mulher está emancipada», frisou.

A camarada Luisa acrescentou que outro objectivo da O.M.A. é consciencializar as massas a nível cultural, político e militar porque além de estarem a lutar pela emancipação, também se vêm obrigadas a pegar em armas. Portanto, continuou ela, «naquelas zonas em que o trabalho político não se desenvolveu seriamente, temos estado a fazer um grande esforço para consciencializar as nossas camaradas

para que dediquem de igual modo à luta de libertação nacional, não simplesmente com enxada ou catana na mão ou, ocupando-se das lidas domésticas, mas participando em todos os trabalhos, para elevarmos o nosso valor social».

«O papel da O.M.A. no trabalho da emancipação da mulher angolana, salientou ainda, tem sido um trabalho de esclarecimento político, para criarmos mais activistas políticas capazes de cobrir o trabalho das activistas da província». Lembrou que a mulher angolana está a trabalhar na reconstrução nacional, exigindo que o povo tenha as aldeias limpas.

«Dentro do programa de alfabetização, declarou-nos aquela responsável da O.M.A., não fazemos só da alfabetização mas também da política. Explicamos como é que a mulher angolana deve participar na revolução não somente dedicando-se ao trabalho doméstico ou do campo mas, defendendo o país. Para isso é-lhes dado treino militar, tendo em vista a confrontação armada com as forças imperialistas, o que hoje em dia é o problema fundamental. Temos também aulas de alfabetização, de costura, de culinária e culturais, destinadas a fazer reviver a nossa cultura tradicional, que o colonialismo tentou levar o nosso povo a esquecer».

«Mas as actividades da mulher angolana não ficam por aqui, segundo nos disse a camarada Luisa Inglês: «Muitas das nossas camaradas estão enquadradas como enfermeiras. Algumas, formadas, estão em hospitais militares onde se exige mais cuidado. Essas camaradas enquanto fazem o trabalho da saúde, estão também a politizar aquelas que não tiveram a possibilidade de receber uma certa formação política».

«Estamos a reforçar os serviços do campo e das fábricas, fazendo campanhas através da palavra de ordem do nosso Presidente, «produzir é resistir». Aachamos que a produção e a resistência não devem encontrar-se só do lado do homem e que as mulheres também devem participar nas tarefas da produção e da resistência do nosso país. Assim, nos efectivos nacionais, encontram-se mais mulheres do que homens e, se estivermos de braços cruzados realmente não estamos a produzir e não estamos a lutar pela nossa emancipação».

«É necessário que façamos um trabalho revolucionário e militar para nos sentirmos cada vez mais ao lado do homem, mostrando-lhes que, de facto, as mulheres estão decididas a participar na luta de libertação nacional e que merecem todos os direitos de que os homens disfru-

(Continua nas centrais)

RESPONDE O POVO

Qual a importância da Cimeira de Conakry?

Conforme foi divulgado, reuniu-se no passado dia 15, em Conakry, a convite do Presidente daquele país irmão, Ahmed Sekou Touré, uma mini-cimeira, além do Presidente Sekou Touré, os camaradas Presidentes Agostinho Neto, da República Popular de Angola, Luiz Cabral, da Guiné-Bissau e Fidel Castro, Primeiro-Ministro do Governo Revolucionário de Cuba.

Foram discutidos vários problemas africanos, nomeadamente a situação em Angola, onde o povo enfrenta neste momento a sanha imperialista que pretende continuar a sua dominação no nosso Continente.

A iniciativa de constituição de um grupo de África combatente foi um dos pontos discutidos durante a cimeira. O objectivo seria passar à ofensiva, respondendo, deste modo, à violência imperialista pela violência popular revolucionária.

Sáímos à rua para perguntar ao povo o que pensa desta cimeira. Eis algumas das respostas recolhidas sobre o assunto:

ANA MANUELA CORREIA (Professora)

«Considero a cimeira de Conakry como um acontecimento de grande significado político, não só para a África como também para todo o mundo progressista, pois foi discutido, entre os quatro presidentes, o futuro da África, que neste momento está a debater-se, na luta contra as

forças imperialistas e os seus braços armados, o colonialismo, o neo-colonialismo, o sionismo e o «apartheid».

«É de esperar que os resultados desta reunião se concretizem num futuro breve, para bem dos povos africanos, duramente reprimidos e explorados por forças retrógradas durante vários séculos».

CÂNDIDO CAMARÁ (Estudante-trabalhador)

«A cimeira de Conakry foi um acontecimento muito importante porque reuniu dirigentes de países progressistas da África e do Terceiro Mundo, a fim de fazer uma análise da situação africana.

«Julgo que reuniões desse nível devem ter lugar com frequência porque a África de hoje já não é a mesma de ontem, o antigo «Ultramar».

«Angola, até à data, sofre intervenção estrangeira nos seus assuntos internos. Penso que esta reunião poderá trazer resultados benéficos para o futuro daquele país irmão, o que sofreu maiores atrocidades da parte do imperialismo, que teima em manter o seu império em Angola, devido às riquezas do seu sub-solo e à sua situação privilegiada no Continente. A independência de Angola foi um duro golpe contra os interesses imperialistas e por isso todos os países africanos e progressistas do mundo devem analisar de perto a situação daquele país e prestar-lhe toda a ajuda neces-

sária para o sucesso da sua luta».

JOSÉ MAMADU CARIMO (Trabalhador da Função Pública)

«De entre os assuntos discutidos na reunião entre os quatro líderes da luta contra o imperialismo e o colonialismo, destaca-se o problema de Angola, que neste momento está a dispendir os seus últimos esforços para expulsar do seu solo o imperialismo e os seus lacaios e servidores».

«Sem dúvida, aquela cimeira foi de uma grande importância para toda a África, e, duma maneira geral, para todo o mundo, pois poderá permitir encontrar uma rápida solução para afogar as pretensões imperialistas de continuar a sua exploração no nosso Continente, e fazer avançar a África para o caminho do progresso, o que só é possível com a libertação de todo o Continente das garras do imperialismo e dos seus servidores».

ANTÓNIO F. S. TEIXEIRA (Empregado de hotel)

«Acho que a cimeira de Conakry tem um interesse muito grande para a África e serviu para o estreitamento dos laços de amizade entre os quatro dirigentes ali reunidos. Também ali foram discutidos vários problemas de interesse para o nosso Continente. Poderá contribuir para a formação de uma frente comum na luta contra o imperialismo».

(Continua nas centrais)

NO PINTCHA

Orgão do Commissariado de Estado de Informação e Turismo
Trissemestral Nacional de Informação

Sai às Terças, Quintas e Sábados

Preço: 2450

Redacção, Administração e Oficinas: Avenida do Brasil

TELEFONES

Redacção: 3713/3728

Administração

e Publicidade: 3726

ASSINATURAS (Via Aérea)

Guiné-Bissau e Cabo Verde

1 ano 400\$00

6 meses 250\$00

Outros Países Africanos

e Portugal

1 ano 500\$00

6 meses 300\$00

Serviços de Distribuição

e Vendas do «NÔ PINTCHA»

— Caixa Postal, 154

BISSAU — GUINÉ-BISSAU

FARMÁCIAS

HOJE — «MODERNA» Rua 12 de Setembro, telefone 2702.

AMANHÃ — «CENTRAL» Rua Vitorino Costa, telefone 2453.

TELEFONES

Hospital Simão Mendes:

Banco — 2866/2867

Bombeiros — 2222

Polícia:

1.ª Esquadra — 3333

2.ª Esquadra — 3444

Correios:

Informações — 2600

Rádiodifusão Nacional — 2430

Aeroporto — 3001/4 (TAG-B)

TAP — 3991/3

Serviços Municipalizados:

Água e Electricidade — 2411

(das 7 às 17 horas)

Assistência à rede eléctrica - 2414

(das 16 às 24 horas)

Chegadas e partidas de navios — 2922/5

RÁDIO

EMISSÕES:

Das 6 às 8; das 12 às 15 e das 17 às 24 horas.

NOTICIÁRIOS:

As 7, 13, 15, 17, 20 e 21 horas.

AGENDA DO DIA:

As 18,45 horas.

CINEMA

HOJE — Às 18,30 horas «3 SUPER HOMENS NA SELVA» m/14 anos e às 20,45 horas «CARRILHÃO DE KREMLIN».

AMANHÃ — Às 20,45 horas «ÚLTIMO ASSALTO».

CABO VERDE

Mais de vinte por cento da população frequenta as escolas primárias

● ENTREVISTA COM O MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Um pouco mais de vinte por cento da população caboverdiana frequenta a escola primária. Os cursos preparatório, técnico e liceal albergam também qualquer coisa como nove mil pessoas o que, contraposto à população total do arquipélago, que deve rondar as três centenas de milhar, dá uma ideia do manancial de problemas com que deparam os camaradas responsáveis da Educação no país irmão.

Mas estes números dão também uma ideia da riqueza humana com que Cabo Verde pode contar a curto prazo, no aspecto de quadros e de gente alfabetizada, apta a compreender mais facilmente as realidades do mundo onde vive e os objectivos gerais que se oferecem ao povo caboverdiano nesta fase da sua luta.

Estes e outros pontos relacionados com a Educação em Cabo Verde foram analisados pelo camarada Carlos Reis, membro do Conselho Superior da Luta do PAIGC e Ministro da Educação do Governo de Cabo Verde em entrevista que nos concedeu, e à Rádio-difusão Nacional, por ocasião da visita do camarada Luiz Cabral, Presidente do Conselho de Estado.

Antes de darmos a palavra ao camarada Carlos Reis, pode adiantar-se como ideia geral colhida da entrevista que, em Cabo Verde, na actualidade, os problemas vitais dizem respeito mais à qualidade do ensino e à sua eficácia dentro das realidades sociais caboverdianas, do que à quantidade e à necessidade imediata (sentida na Guiné) de ensinar a ler e a escrever o maior número possível de pessoas no mais curto espaço de tempo.

O camarada Ministro da Educação do Governo de Cabo Verde iniciou o seu depoimento falando da herança deixada pelos colonialistas no sector educacional.

«Para dar uma ideia sobre o que foi o ensino durante a época colonial em Cabo Verde tenho que fazer referência à falsa imagem que a administração colonial procurou dar sobre a situação em Cabo Verde, que foi denunciada, várias vezes, pelo nos-

so Partido. No campo de educação, em particular, eles procuraram dar uma imagem do povo de Cabo Verde e das realidades de Cabo Verde bastante diferente da que existia, de facto. Só com a intensificação da luta, com a intensificação das denúncias que o nosso Partido começou a fazer no plano internacional é que se começaram a criar umas escolas, além do esforço que era característico do colonialismo, em Cabo Verde. Basta-nos dar uma vista de olhos num quadro estatístico de frequência escolar, em Cabo Verde, para vermos que em 65-66 a população escolar era avaliada aproximadamente em 12 000 alunos, em 68-69, com a intensificação da nossa política no plano internacional, este número quase duplica. Conhecemos bem a política que nós chamámos «política da Guiné melhor», de Cabo Verde melhor, dos esforços que o Spínola fez em Bissau para dar uma ideia falsa do que era o colonialismo português na Guiné. Esse esforço ele procurou fazer, através dos seus enviados especiais em Cabo Verde. Agora sente-se o reflexo desse trabalho de última hora, desse trabalho tardio e, por consequência, mal feito».

«É IRREAL DESENVOLVER A EDUCAÇÃO SEM A ENQUADRAR NO DESENVOLVIMENTO GERAL DO PAÍS»

«De 68 para 69, o número de alunos passa para 23 381 e, de 69 para 70, duplica outra vez e atinge 40 685. Em 73-74 é aproximadamente de 62 180, o que dá uma ideia do salto quantitativo que houve na frequência escolar. Consideramos esta necessidade que o colonialismo teve, dentro da nossa terra, de começar a dar um bocadinho de atenção, ou fingir que dava atenção, começar a formar professores à pressa, abrir escolas à última hora como uma conquista da nossa luta. Mas temos que a analisar, devidamente, com todas as taras que o colonialismo a marcou. Uma dessas taras é o corpo do-

cente, a formação deficiente do corpo docente, a ausência de estruturas educativas para acompanhar esse aumento quantitativo de alunos. Quer dizer: não houve um esforço sincero da parte das autoridades governativas e não houve qualquer ligação entre o aumento quantitativo de frequência escolar e as perspectivas de desenvolvimento da terra».

«Pensamos que é absolutamente irreal desenvolver um determinado tipo de estruturas, por exemplo educação, e esquecer-se do resto sem ver o desenvolvimento integral de Cabo Verde. Com a ausência quase completa de estruturas de desenvolvimento em Cabo Verde, a criação de escolas representa, só, uma intensificação de esforços do colonialismo português em criar funcionários. Se virmos qual foi o objectivo do ensino colonial, aqui em Cabo Verde, vemos que durante todo o tempo do colonialismo a escola serviu, principalmente, para formar funcionários, para dar às nossas crianças uma formação que não tinha nenhuma ligação com a realidade da nossa terra, e em que os valores culturais do povo de Cabo Verde eram reprimidos».

«O objectivo estratégico do colonialismo português não era atingido só por repressão mas através de toda uma programação alienada, deformada e virada para fora de Cabo Verde».

FALTAM SALAS DE AULAS

«Um dos aspectos dessa herança, que nos preocupa muito, é o problema das salas de aula».

«Com o aumento da frequência escolar, nós tivemos que alugar pequenas salas particulares. O ano passado dispúnhamos, aproximadamente, de 650 salas de aula das quais 353 eram alugadas; mas com o regresso dos desalojados de Angola a situação piorou, com a necessidade que certas famílias tiveram de recorrer às pequenas salas que tinham alugadas ao Estado para alojar os seus familiares. Este problema é mais grave para nós, porque nós não temos as condições de clima e de vegetação que nos permitam ter material de construção de escolas à mão. Isso leva-nos a ter que esperar uns tempos para a resolução deste problema».

— A partir dessa herança recebida da administração colonial, que medidas foram tomadas de imediato para ajustar o ensino à independência política?

«O primeiro ataque que nós tivemos que fazer foi reestruturar os programas de ensino. Temos que suspender, imediatamente, alguns textos que eram profundamente alienantes, parti-



Amílcar Cabral

Saber para onde é que vamos

«Vocês viram o caso da guerra do Vietnam, que levou à independência da República do norte do Vietnam. Quando acabaram a guerra, com a vitória dos vietnamitas em Dien Bien Fuh, onde eles cercaram e derrotaram cerca de trinta mil franceses, os franceses tinham no Vietnam quinhentos mil soldados bem colocados, em todas as posições, mas por causa da derrota de Dien Bien Puh, que era um campo inimigo e por causa da pressão política no plano internacional, a França foi obrigada a ceder. Alguns oficiais do exército ficaram furiosos desde essa altura, como o general Salan e outros. E porque? Porque os franceses ainda não tinham muita força, mais força do que nunca. Caso concreto da Argélia. Quando a Argélia chegou à independência através das negociações de Evian, nunca os franceses tinham sido tão fortes na Argélia, tudo quadrilhado, tropas francesas por todos os lados, centenas de milhares de tropas francesas além de um milhão de civis, muitos com armas nas mãos. Mas por causa do trabalho político, da pressão política dentro da terra, da coragem do povo argelino, camaradas, coragem grande, sacrifício dos povos das cidades. Quando por exemplo os franceses proibiram todas as manifestações em Argel (quem saísse à rua seria morto), os argelinos, homens, mulheres e crianças, levantaram-se velhos e novos, e saíram à rua num domingo com a sua bandeira aberta. Os franceses mataram num dia, mais de seiscentos argelinos nas ruas de Argel. No domingo seguinte saíram outra vez. Camaradas, é preciso coragem. Temos que sentir que a nossa guerra, comparada com a guerra do Vietnam ou da Argélia para a independência, nós estamos bem, não morremos quase nada».

«A nossa gente de Bissau, enquanto nós estamos a fazer a guerra, ela goza as nossas vitórias. Minha senhora, convites para todos os lados onde não costumávamos ir, licenças para ir a Portugal, o senhor Mamadú Djassi já aparece no jornal, Exma. Senhora D. Mariama Camará, em Bissau gozando já dos resultados da luta. Na Argélia, enquanto os combatentes estavam no meio das rochas, no mato ou nas montanhas, na cidade a população levantava-se com força, manifestando sem armas, para mostrarem aos franceses que tinham que ir-se embora. E como isso provocava assassinatos, massacres, a opinião mundial mesmo na França, levantou-se contra o Governo Francês. Podemos dizer que uma das forças grandes que ganhou a guerra da Argélia foi a própria opinião francesa também, os filhos da Argélia na França, que eram mais de quinhentos mil e que fizeram sabotagens mesmo na França. Mas como sabem, muitos deles eram também favoráveis aos franceses, de maneira que os franceses mataram argelinos tanto na Argélia como na França. Mas forçados pela opinião mundial, pela coragem do povo argelino, pelo sacrifício que teve de consentir, porque na guerra da Argélia morreram pela sua independência, mais de um milhão e meio de pessoas, camaradas. Duas vezes mais a população da Guiné inteira morreu na guerra da Argélia. Sete anos e meio de luta».

«Mas o objectivo de uma guerra de libertação não é só para o inimigo nos pedir perdão, reconhecer que perdeu. Não é isso. É ele sentar-se e dizer que temos razão, que tomemos a nossa terra. Por isso é que temos que saber onde é que vamos com a nossa guerra. E quanto mais batermos o inimigo, em cada pequena batalha em que o enfrentamos, melhor, porque mais depressa chegará o dia em que ele decidirá ir-se embora porque já está muito mal».

Alguns números estatísticos

Curso Preparatório — total 3 500 alunos, dos quais:
1 200 em S. Vicente
1 200 na Praia

Curso Geral dos Liceus — total 2 200 alunos:
1 100 em S. Vicente
1 050 na Praia

Escola Técnica — total 3 400 alunos:
2 700 curso diurno
700 curso nocturno

Escola Primária — total 62 000 alunos

POPULAÇÃO DO ARQUIPÉLAGO = 300 000

(Continua na pág. 8)

DOS JULGAMENTOS DOS CAMARADAS VASCO CABRAL E PEDRO PERALTA, AOS PROCESSOS TENEBROSOS DE ANGOLA E S. TOMÉ E PRÍNCIPE

(Continuação da 1.ª página)

* ADVOGADO ANTI-FASCISTA DESCREVE COMO DEFENDEU NUMEROSOS PATRIOTAS AFRICANOS EM TRIBUNAIS PORTUGUESES

São do dr. Manuel João da Palma Carlos as palavras com que introduzimos esta entrevista realizada na altura em que, na sua condição de Procurador-Geral da República Portuguesa, esteve em Bissau para as malogradas conversações com o nosso Governo. Pedimos-lhe para nos contar a sua odisséia, ao longo dos anos, na defesa dos presos políticos, especialmente dos originários das antigas colónias portuguesas. Fê-lo à margem das conversações, sem deixar, no entanto, de salientar a necessidade de se manter a amizade que sempre existiu entre os patriotas que lutaram de armas na mão, em África, e os antifascistas que lutaram em Portugal, pelas mais diversas formas, contra o inimigo comum: o fascismo e o colonialismo ou, como ele disse, «as poderosas forças do mundo que ainda lutam contra a liberdade dos povos».

A caracterização que fez dos raros processos políticos que a PIDE organizou nas ex-colónias portuguesas, serviu para introduzir a participação do dr. Manuel João da Palma Carlos no mais conhecido de todos esses processos, o do camarada cubano Pedro Rodrigues Peralta, capturado quando, no Sul da Guiné-Bissau, se empenhava ao lado dos nossos combatentes pela libertação da nossa Pátria.

Como advogado de defesa de Peralta, o dr. Manuel João da Palma Carlos recordou-nos os passos do processo, antes de se referir a outros militantes defendidos em tribunal, nomeadamente o camarada Vasco Cabral, quando foi julgado em Lisboa, em 1957, juntamente com vários militantes anti-fascistas portugueses.

O PROCESSO DE PEDRO PERALTA

«O processo em que o Governo colonialista português tentou tirar maiores proveitos foi, exactamente, o processo do capitão Pedro Rodrigues Peralta. Quando é preso em 1969, se é levado a julgamento, não é por ter uma actuação diferente de muitos outros que eram presos e não eram julgados. Quantos processos houve na Guiné, antes do acesso à independência, de presos acusados de pertencerem ao PAIGC? Quantos processos se realizaram? O de Peralta convinha porque o Governo pretendia provar que a luta não era do povo guineense, mas era uma luta comandada do exterior, que eram os cubanos que estavam aqui a fomentar e a dirigir a luta armada, o que era falsíssimo».

«Eu recordo-me que citei na audiência uma afirmação de Amílcar Cabral, demonstrando, através dessa afirmação e dos dados que pude recolher de momento, que a luta na Guiné era

uma luta de libertação do povo guineense e do povo caboverdiano, uma luta eminentemente nacional, que visava através da luta deles próprios, alcançar a independência. Disse também que os militantes doutros povos, que queriam dar-lhes a sua colaboração, eram aceites e recebidos a título de conselheiros e nunca como militantes activos da sua guerrilha».

«Conseguiu-se dismantelar a acusação da polícia política, com vista a querer tirar repercussão internacional à gloriosa luta que travava o PAIGC. Foi de tal modo que o quesito onde perguntava se Pedro Rodrigues Peralta tinha vindo por influência do Governo cubano, participar na luta, foi considerado negativamente pelo tribunal. Considero isto uma grande vitória, de modo que o Governo colonialista não pôde tirar os benefícios do processo que quis organizar. Pelo contrário: o processo redundou numa verdadeira página de luta contra o colonialismo português».

«Peralta foi preso em 18 de Novembro de 1969. Ficou gravemente ferido e o guia que o acompanhava foi morto no próprio momento da captura. Pedro Peralta foi conduzido gravemente ferido ao hospital. Em Dezembro, desse mesmo ano, foi entregue à PIDE, em Lisboa, e submetido a todos os interrogatórios enquanto o processo corria aqui. Tive que deslocar-me a Bissau. Nesse momento tinha-me sido levantada a interdição (fora proibido de regressar a África depois dos processos de Luanda em 1961), principalmente porque quando pedi a vinda não pedi para Angola onde continuava a não poder entrar».

«Se eu contasse um dia a história como a defesa do Peralta me foi confiada... Como tive de me deslocar a Madrid, como foi a irmã de Peralta que solicitou a minha intervenção... Para fazer com que Peralta confiasse em mim tive de lhe levar uma fotografia da irmã pois não lhe podia estar a explicar o contacto na presença da polícia política, porque é que aparecia ali! Isto em Lisboa! Mostrei-lhe a fotografia da irmã dizendo que podia confiar no advogado que tinha sido escolhido».

ENCONTRO APRAZADO COM FIDEL CASTRO

«Vim depois estudar o processo à Guiné. A minha vinda teve algumas repercussões. Nomeadamente, recebi uma carta ameaçadora subscrita por alguns oficiais do exército colonialista, como vários telefonemas no meu escritório em Lisboa, acusando-me de traidor à Pátria, que defendia estrangeiros, que dava a minha contribuição a traidores

portugueses e devia ser liquidado. Na carta dizia-se que se não houvesse em Portugal homens suficientemente corajosos para me liquidar, me liquidariam eles, quando regressassem a Portugal».

«O processo seguiu e sucedeu que teve de haver sete audiências de julgamento para ser firmada a sua condenação final. Isto tem também o seu significado. Era uma luta continuada. Durante o julgamento os episódios e os incidentes iam tendo a sua repercussão. O êxito foi de tal ordem, no tribunal, que Peralta foi primeiro julgado e condenado a dois anos de prisão e viu a sua condenação agravada por ordem expressa das autoridades militares».

«Não obstante o 25 de Abril ter sido um movimento destinado a restituir a liberdade ao que é certo é que Peralta continuou preso por ordem expressa de Spínola. Houve ainda a circunstância que eu considero gravíssima de o acórdão que o mandava libertar e chegou a ser proferido, que eu tive na minha mão e que entreguei na Junta de Salvação Nacional, ter depois desaparecido do processo. Quer dizer: havia ainda forças suficientemente poderosas para, em obediência a determinados critérios, procurarem prosseguir, de certa maneira, a acção opressora colonialista e impedir a libertação do capitão Peralta que era um símbolo do apoio aos povos que lutavam pela sua libertação».

«Nisto, vários meses se passaram. Depois, para não se prejudicar a Revolução portuguesa, eu propus a Peralta que concordasse, ele próprio, com a sua prisão, até que se verificassem determinadas circunstâncias. Com a mesma generosidade com que tinha vindo para as terras da Guiné, lutar ao lado do PAIGC ou pelo menos ministrar instrução militar aos militantes do PAIGC e colaborar na luta pela independência do povo guineense e caboverdiano oprimido, Peralta aceitou. Foram mais dois ou três meses de cadeia que ele sofreu, sempre em holocausto, em amizade e dedicação, à luta dos povos que lutavam ainda pela sua libertação».

Mantendo a amizade de Peralta e ainda, recentemente, antes de passar por Lisboa não quis deixar de se encontrar comigo, telefonando de Moscovo para a Embaixada pedindo para eu comparecer no aeroporto e numa breve sessão de amizade trocarmos impressões. Reiterou o convite que insistentemente formula para que eu vá passar algumas semanas a Cuba e que aproveitarei na primeira oportunidade.

Irei não só propriamente para ir passar férias, pois não sou pessoa atreita a passar, assim, fé-

rias, mas para estudar a justiça cubana, a justiça da revolução cubana, como é que efectivamente é administrada, as suas leis, a sua Constituição. Simultaneamente encontrarei amigos, tanto mais que Peralta já me tinha avisado, quando esteve iminente a minha ida em Setembro último, que Fidel Castro se tinha preparado para almoçar comigo, logo no dia da minha chegada. Não deixarei perder a oportunidade desse grande prazer».

1953. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: O PROCESSO DE UM POVO CONTRA A DITADURA COLONIAL

Após recordar, pormenorizadamente, o julgamento e a libertação do camarada Pedro Rodrigues Peralta, o dr. Manuel João da Palma Carlos enumerou-nos os mais importantes processos em que tomou a defesa de patriotas africanos, nomeadamente contra o governador de S. Tomé e Príncipe, nos processos de Luanda em 1961 e no julgamento do camarada Vasco Cabral.

Principiou pelo de S. Tomé e Príncipe:

«O primeiro processo importante em que intervim e que se relacionava, directamente, com a luta dos povos coloniais, foi o processo de S. Tomé, em 1953». «Cabe-me dizer que Carlos de Sousa Gorgulho, então governador de S. Tomé, simulou uma revolução para reduzir a população nativa à escravatura e concluir um certo número de obras públicas, o que só conseguiria à custa do trabalho escravo. O povo de S. Tomé reagiu contra as tentativas do governador português para o isolar na sua luta o que originou dezenas, centenas de mortos, e uma perseguição à população».

«Eu desembarquei em S. Tomé em Março de 63, um mês depois destes acontecimentos e tive ocasião de fazer a desmontagem dessa perseguição. Fui apurando as violências que tinham sido praticadas. Quando se descobriu que 27 pessoas tinham morrido asfixiadas numa prisão da polícia indígena local, quando se apurou que cadáveres tinham sido lançados ao mar com correntes atadas aos pés para desaparecerem, quando se pôde apurar da participação directa do governador nas investigações, uma vez que participava nos interrogatórios, dirigia-os, autorizava, comandava e incentivava as torturas, é evidente que não podia deixar de vencer a justiça e o processo foi desmascarado».

«Mas, entretanto, o Gorgulho não foi demitido. Pediu a exoneração de governador, que lhe foi concedida com um louvor pela

maneira como a tinha efectivado. Isso levou-me a continuar em Lisboa o prosseguimento da campanha de desmistificação desse verdadeiro assassino, Sousa Gorgulho, que não obstante foi ainda louvado pelo general Santos Costa, ministro do Exército, pela actividade que tinha desenvolvido».

«Fui secundado com toda a amizade, dedicação e interesse pela grande mulher e poetisa santomense Alda Graça Espírito Santo, que é hoje Ministro da Educação. Estava também presa nessa altura, quando cheguei a S. Tomé, a irmã de Alda, actual esposa do Presidente da República de S. Tomé. Estava presa também a mãe de ambas, como estava preso o tio, o eng.º Celestino da Graça do Espírito Santo. Levaria horas a enumerar os processos de defesa em que participei».

EXILADOS DE GOA

«Entretanto a repressão colonial incentivava-se».

«Nós tínhamos em Lisboa alguns exilados, da União Indiana, nomeadamente o dr. Caetano do Ó, cujo julgamento teve uma certa repercussão, fora mesmo de Portugal. A sua defesa foi assumida e conseguiram-se êxitos relativos». «Desmistificaram-se as condições em que estavam exilados esses presos goeses, o que levou mais tarde, facto que nunca foi revelado, a ser solicitada a minha colaboração, pela embaixatriz da União Indiana em Londres, irmã do Presidente Nerú, para eu intervir no julgamento de Dadrá e Nagar Aveli, num tribunal internacional».

«Tive então de explicar à senhora embaixatriz que nunca aceitaria procuração num processo contra o meu país, não obstante o meu desacordo e a minha divergência interna com o Governo do meu país».

OS PROCESSOS POLITICOS DE LUANDA

«Mais tarde, em 1958, tenho ocasião de deslocar-me a Luanda e a Lourenço Marques. Após incidentes vários, fui indicado para participar nos primeiros processos políticos que iriam realizar-se em Luanda em 1960».

«Esse processo contemplava pessoas das mais variadas categorias. Respondiam desde Holden Roberto, que foi julgado à revelia, até aos primeiros militantes do que viria a ser o Movimento Popular de Libertação de Angola. Mas viriam a responder, fundamentalmente, esses militantes do MPLA e também os portugueses que lhe estavam ligados, a dr.ª Julieta Gândara, o arq.º Veloso, Nascimento e muitos mais».

LUÍSA INGLÊS, DA O.M.A.

A mulher angolana participa activamente nas tarefas da produção e resistência

(Continuação da pág. 2)

tam».

Antes da sua partida, a camarada Luisa teve alguns contactos com a Comissão Feminina do PAIGC, a propósito das quais nos disse:

«Estive a conversar com as responsáveis da Comissão Feminina do PAIGC, que me fizeram um resumo do trabalho a nível das regiões e dos grupos femininos. Falaram-me das dificuldades em substituir aquele tipo de organização política, com outras responsáveis são intituladas por rainhas. O problema é tentar transformar esse grupo numa organização política, como outras organizações do Partido».

«Isto é difícil, acrescentou a coordenadora da O.M.A., mas é uma questão de ir ao encontro as massas, fazendo sentir a presença das responsáveis no meio delas como elementos do povo. Tornando-se mais simples no meio das massas para que elas nos tenham consideração como defensores do povo, como responsáveis que defendem a linha política das massas, que defendem os direitos dos camponeses e operários. Só assim as mulheres da Comissão Feminina do PAIGC poderão encontrar receptividade àquilo que pretendem fazer no seio das massas».

ENCONTRO DA O.M.A. COM AS MULHERES DO P.A.I.G.C.

No princípio da tarde da passada quinta-feira, as mulheres da Organização da Mulher Angolana (O.M.A.) e da Comissão Feminina do PAIGC, tiveram uma pequena reunião no Palácio da República na qual foram debatidos vários problemas de interesse para as mulheres tanto na Guiné como em Angola.

Além das três camaradas que faziam parte da delegação da O.M.A., encontravam-se presentes as camaradas Francisca Pe-

reira, Lilica Boal, Esperança Furtado, Teodora Inácia Gomes, Silvina da Costa, Isabel Buscarini, Ana Maria Gomes e algumas activistas da Comissão do PAIGC.

Nesse encontro, a camarada Francisca Pereira tomou a palavra para agradecer a presença das camaradas da O.M.A., num momento em que estão empenhadas na luta contra o regime racista da África do Sul. Falou ainda dos laços de amizade que existem entre os nossos dois povos dizendo: «Nós sabemos quais foram os laços que uniram, desde há muitos anos, os camaradas Amílcar Cabral e Agostinho Neto. O nosso líder sempre nos ensinou a amar o povo angolano e a solidarizarmo-nos com ele».

Depois, a camarada Francisca Pereira falou concretamente do papel da mulher na nossa luta de libertação nacional, dizendo:

«Logo no início da nossa luta de libertação, o nosso Partido criou as milícias populares, através das quais as mulheres começaram a ter um papel activo na nossa luta. As mulheres do PAIGC estiveram sempre presentes em todas as conferências de mulheres».

Depois da nossa luta, o nosso Partido achou que era necessário criar uma organização das mulheres do Partido e, a Direcção Nacional escolheu um grupo de dez camaradas que tinham participado activamente na luta de libertação nacional para dirigir essa comissão provisória. O nosso papel, até este momento, tem sido o de sensibilizar as mulheres da nossa terra, para depois organizar a comissão, da base para o cimo».

A camarada Francisca Pereira resumiu as actividades da Comissão Feminina do PAIGC desde a sua fundação e falou das organizações das «mandjuandas» salientando: «Tivemos uma grande sorte em encontrar estas organizações, pois aproveitámos

para lançar o nosso trabalho no seu seio. Durante este ano de preparação mudámos o carácter dessas organizações, dando-lhes uma orientação política, segundo a linha do nosso Partido».

Para terminar, falou do papel das mulheres na luta de reconstrução nacional, salientando as suas atribuições não só como mães, mas como educadoras de uma nova sociedade.

Para finalizar a reunião, usou da palavra a camarada Luisa Inglês, coordenadora do corpo executivo da Organização da Mulher Angolana que, em linhas gerais, falou da estrutura daquela organização, apontando-a como um exemplo que a CM/PAIGC deve seguir.

Nós, começou por dizer, temos uma direcção executiva a nível nacional formada por onze camaradas que foram eleitas num encontro nacional».

«Por falta de experiência vínhamos a atrasar o nosso trabalho. Depois da independência, tivemos que eleger estas camaradas, para podermos avançar e, posso dizer que se produziu bons resultados».

«Fizemos encontros nacionais continuou a camarada Luisa, onde através das críticas e auto-críticas, tentámos rever todos os problemas internos e demos oportunidade a todas as militantes de se pronunciarem. No fim destes encontros, cada dirigente vai para uma região para executar as decisões à base dos estatutos aprovados».

«Durante esses encontros nacionais, muitas leis do nosso estatuto foram abolidas e alteradas. Por exemplo: a O.M.A. chamava-se Organização da Mulher de Angola e passou a ser designada, Organização da Mulher Angolana. Assim, as estrangeiras, mesmo que estejam nacionalizadas, não poderão participar activamente na nossa organização, disse, para terminar, a camarada da O.M.A.

contribuir para a luta contra o fascismo no meu país».

— Qual a sua reacção ao reencontrá-lo agora aqui em Bissau, ambos integrados nas delegações oficiais às conversações?

«Para além das conversações a que não tenho de me referir, num reencontro de amizade com Vasco Cabral em que pudemos conversar de tudo menos das conversações, que não vinham a lume, pudemos recordar o tal julgamento, contar um ao outro fases da nossa vida nos anos subsequentes. Estou convencido

que Vasco Cabral apreciou, na verdade, ter-me reencontrado como eu apreciei muito reencontrá-lo a ele. Ele sabe que pode contar em qualquer momento com a amizade de um anti-fascista português, e eu sei que posso contar com a amizade de um anti-fascista e de um batalhador dedicado e permanente da luta pela independência dos povos».

«Bom foi que a luta tivesse acabado e a Guiné tivesse alcançado a sua independência. Os meus votos vão no sentido de a amizade entre os nossos povos seja na verdade duradoura, que

não haja diferendos a subsistir em nenhum momento porque os dirigentes do PAIGC sabem que podem contar com muitos milhares de amigos sinceros em Portugal, que combatiam com eles noutra sector, que combatiam com eles pela mesma luta. Nessa base, não se justificam diferendos que venham agora afastar amigos que sempre o foram e continuaram a sê-lo e só desejam a vitória comum, contra poderosas forças do mundo que ainda lutam contra a liberdade dos povos».

«O processo não podia deixar de ser objecto de um desmantelamento».

«Quando se intervinha na defesa dos presos políticos, eu e os advogados progressistas tínhamos por norma que a defesa em processos de natureza política não se podia limitar a defesa, não podíamos dar explicações ao tribunal, tínhamos de atacar o tribunal, tínhamos de fazer o desmantelamento das acusações. O desmantelamento foi na verdade feito. Não obstante, todos os réus vieram a ser condenados a pesadas penas: Carlos Costa a dez anos, e outras paralelas. Vasco Cabral portou-se com dignidade, com elevação. Creio que não tinha nenhuma condenação anterior. Em face daquela decisão eu tive uma reacção no final contra a ideia absurda da conspiração na cadeia. Fez-se o protesto e esse protesto originou que o juiz me mandasse passar a mim, da bancada da defesa, para a bancada dos réus».

«Os réus foram evacuados e eu comecei a responder à meia-noite desse dia, acusado de injúrias ao tribunal. Fui condenado às quatro horas da manhã a sete meses de prisão, e à interdição do exercício da profissão que era a medida que eles mais concretamente desejavam».

«CONTAR COM A AMIZADE DE UM ANTI-FASCISTA PORTUGUÊS»

«No dia seguinte saí caucionado e mantive a minha luta. A Ordem dos Advogados deu-me a sua assistência, consegui o apoio da Associação Internacional dos Juristas Democráticos, da Comissão Internacional de Juristas, da Ordem dos Advogados brasileira, de advogados progressistas de muitos pontos do mundo. A luta não saiu airosa para o Governo fascista nem para o Tribunal Plenário pois esta luta assim travada concluiu pela revogação do artigo do Código Penal que permitia que o advogado passasse da bancada da defesa para o banco dos réus. A partir daí nunca mais nenhum advogado respondeu nas condições em que eu vim a responder, num julgamento».

— Voltou entretanto a ver o camarada Vasco Cabral?

«Nunca mais encontrei Vasco Cabral até este abraço em Bissau. Uma vez ouvi referir que ele, depois de estar em liberdade, tinha conseguido saltar a fronteira. Já estava a luta em Angola a incrementar-se, já havia notícias da luta na Guiné. Sei que saiu mais ou menos na mesma altura em que saiu Agostinho Neto. Vasco Cabral continuou na sua rota histórica e eu continuei na minha missão, que não era histórica, de defensor intransigente dos perseguidos políticos».

«Esta era a minha forma de

«Para me impedir de intervir nesses julgamentos, porque o Governo colonialista pensava que eu tinha uma grande experiência de defesa em processos políticos, e que poderia prejudicar a acção do tribunal, impediu-me de embarcar para Luanda, precisamente na data designada para o julgamento, em Julho de 1960. Levantei os meus protestos, exigi um documento com a razão justificativa e não tenho dúvida em afirmar que foi falseado pelo então Ministro do Ultramar. Deu como razão para o impedimento de me deslocar ao dito «Ultramar» português ser «um perigo para a ordem pública».

«Ninguém ignorava que a única coisa que temiam era a minha intervenção no julgamento. A partir daí fui impedido não só de me deslocar a Angola como aos restantes territórios coloniais portugueses. Essa interdição manteve-se durante nove anos. Não obstante, ainda pude intervir no julgamento dos recursos desses processos em Lisboa, no Supremo Tribunal Militar».

«Daí para diante nem eu nem outros advogados teríamos muitas mais ocasiões de participar em processos políticos similares, pois os dominadores coloniais só começaram a organizar os processos contra os povos que começavam a lutar de armas na mão pela sua independência quando lhes convinha para tirarem efeitos políticos internacionais».

JULGAMENTO DO CAMARADA VASCO CABRAL

«Vasco Cabral, em 1957, estava preso. Estava já há um certo tempo na cadeia de Caxias e verificou-se um facto que merece uma especial relevância porque demonstra bem a que ponto e a que extremos era capaz de chegar um Governo opressor para procurar esmagar os militantes e políticos conscientes. Estavam presos, juntamente com ele, um advogado de Santarém, Humberto Lopes, Francisco Miguel Duarte (velho militante anti-fascista, de quem eu era já advogado em 1947 e só viria a alcançar a liberdade em 1960, quando fugiu da prisão de Caxias, para ser preso, meia dúzia de meses depois e voltar a fugir em Dezembro do ano imediato), Carlos Costa, Maria Ângela Vidal e José Rodrigues Pitoriano, membro do Comité Central do Partido Comunista».

«Eram tudo pessoas que estavam prestes a acabar a pena em que tinham sido anteriormente condenados. O que é que inventou a polícia? Inventou que dentro da cadeia estes indivíduos se tinham conluiado para, por actos revolucionários, derrubar o Governo constituído. Este processo em que Vasco Cabral respondeu em 1957 é um processo organizado pela Polícia política, para impedir a saída de militantes, género de Francisco Miguel, Carlos Costa e outras pessoas eminentemente responsáveis e conscientes dizendo que na cadeia constituiram uma organização revolucionária para esse fim».

ANO I DE ORGANIZAÇÃO

PÁGINA SEMANAL DO COMISSARIADO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

PARA OS ALUNOS

COMO ESTUDAR?

O estudo é um esforço organizado que uma pessoa realiza para resolver algum problema, para adquirir conhecimentos, para alcançar alguma habilidade.

O estudo é uma tarefa que se realiza com um propósito determinado, isto é, um trabalho que se realiza para alcançar uma solução.

Para o estudante é pois fundamental para poder estudar com aproveitamento, para além do trabalho que realiza na aula, o ter que criar hábitos de estudo.

O estudo para ser realizado com êxito necessita que o aluno:

1.º Faça uma análise do que estuda:

Isto é, deve-se quando se inicia o estudo de qualquer matéria, ler todo o texto com a máxima atenção, a fim de que a linguagem nos seja perfeitamente clara, sem o que a compreensão da matéria será impossível.

É nesta altura que a utilização do dicionário é da máxima importância.

2.º Comparar a matéria que se estuda com outras já estudadas, com fenómenos, técnicos ou factos do nosso conhecimento:

O aluno que estuda qualquer disciplina não o pode fazer com êxito se não for desenvolvido à medida que estuda, comparações com factos da vida real, fenómenos naturais, aplicações práticas do que estuda e ainda, as relações que existem entre a disciplina que está a estudar com as outras que lhe servem de apoio.

Quem pode, por exemplo, querer saber Física e Química se não souber Matemática e Português?

Quem pode querer estudar História sem a ir estudando com a Geografia?

De que serve decorar as leis a que obedecem os fenómenos eléctricos, se ao acender uma lâmpada não formos capazes de saber quais os fenómenos que ocorreram até que a lâmpada acenda?

A chuva, o relâmpago, o crescimento da mancarra, o preço de um caderno e o troco que recebemos, a diferença de pontos entre duas equipas do nosso campeonato de futebol, são fenómenos e factos, que aguardam que os compa-

remos com as matérias que vamos estudando.

3.º Generalizar para se chegar a conclusões:

Qualquer fenómeno, técnica ou facto não existe isolado. Está relacionado com outros e no seu conjunto obedecem a leis gerais.

Depois da análise e da comparação há que estabelecer a lei geral a que obedecem.

Resumindo:

Para desenvolvimento destes três princípios, o aluno deve durante o estudo seguir como método:

- 1 — Ler e compreender o que lê
- 2 — Utilizar o dicionário
- 3 — Fazer uma outra leitura da matéria no conjunto

(Continua na pág.º 8)

Convencer cada um de que ninguém pode saber sem aprender e que a pessoa mais ignorante é aquela que sabe sem ter aprendido. Aprender na vida, aprender junto do nosso povo, aprender nos livros e na experiência dos outros. Aprender sempre.

A. CABRAL

DEPARTAMENTO DE ENSINO PRIMÁRIO

A NOSSA LUTA

Ao entrarmos nesta nova etapa da nossa Luta de Libertação Nacional, como dizia o Professor Paulo Freire, o ensino na Guiné-Bissau não é mais do que a continuação da luta de Libertação Nacional do Povo da Guiné-Bissau, pelo que achamos que é profundamente necessário e indispensável chamarmos a atenção dos professores em particular, dos encarregados da educação, dos alunos e em geral da população consciente da nossa Terra sobre os diversos problemas enfrentados particularmente no ensino primário após a libertação total da nossa Pátria

Africana da Guiné; e chamar-lhes à responsabilidade pelas tarefas que urgem levar a cabo neste momento no plano da educação. Pois sendo a educação um problema de massa, todos os cidadãos conscientes da nossa Terra devem sentir-se responsáveis pelo cumprimento das linhas traçadas pelo Estado e Partido no quadro da formação do homem novo, aquele que é capaz de dar o melhor de si mesmo para fazer a paz, o progresso e a felicidade do nosso Povo, que são as nossas mais profundas aspirações.

O ensino primário nessa sua fase da reestruturação atravessa dificuldades extremamente lamentáveis, motivadas não somente por falta de materiais didácticos inerentes aos problemas económicos enfrentados no país mas, sobretudo por falta de pessoal qualificado e altamente interessado a levar para a frente o trabalho da educação da nossa Terra. Isto verifica-se numa forma mais acentuada na resistência que a grande maioria oferece em deixar Bissau, cidade ideal, para assumir as suas funções nos postos para onde foram designados. Como consequência dessa resistência muitas das nossas escolas não chegaram a entrar em funcionamento no ano lectivo de 1974/75, enquanto que outras só o fizeram muito depois da abertura normal das aulas, acarretando assim uma taxa elevadíssima do número de reprovações.

Com todos estes problemas acrescidos dum número avultado de alunos que procuram as nossas escolas num total de setenta e um mil crianças e cerca de dois mil agentes do ensino, contando apenas com uma previsão de cerca de cinquenta mil crianças deixadas pelos colonialistas portugueses. Apesar dos esforços incalculáveis dispendidos pelo nosso Partido e Estado através do seu Comissariado, mais não foi possível garantir um mínimo de condições indispensáveis às nossas crianças nas nossas escolas: começaram a surgir o problema dos livros e cadernos, de lápis, esferográficas, giz e borrachas, quadros e carteiras, salas de aulas, etc., etc.

(CONTINUA)

JORNAIS MURAIIS

Na semana dos Heróis Nacionais de acordo com as indicações do nosso Comissariado vimos nas nossas escolas um grande número de «Jornais Murais» dedicados a esse tema.

Também a pretexto do 4 de Fevereiro e com destaque para o Liceu Nacional Kwame N'Krumah algum trabalho se desenvolveu nesse campo.

No entanto bem pouco se têm, aproveitado as nossas escolas desse óptimo veículo de comunicação, que são os «Jornais Murais».

Entre outras razões que normalmente se apresentam para essa falha, a que surge em primeiro lugar é a de falta de tempo.

Não estamos de acordo, porque quanto a nós o «Jornal Mural» não tem que surgir como actividade extra-escolar, mas deve surgir sim como forma de actividade da própria aula.

Vejam pois uma forma possível de concretizar esse plano:

1.º — As escolas deverão reservar uma zona de parede, ou um expositor, para cada turma, ano ou curso, de acordo com as suas possibilidades;

2.º — Os professores de cada disciplina, distribuirão, individual ou colectivamente temas aos seus alunos para serem tratados por estes ou nas aulas ou como trabalhos de casa;

a) Aqui importa referir que ao contrário do que normalmente se tem verificado não é só nas disciplinas de Português, História, Desenho ou Inglês, que cumpre esta tarefa, mas a todas as disciplinas;

b) Em Ciências Naturais poderão surgir trabalhos sobre a constituição do corpo humano, vida das plantas, higiene de acordo com a nossa própria realidade, etc.

c) Em Geografia trabalhos sobre a realidade geográfica da nossa terra e da África em geral;

d) Em Física e Química relatório sobre experiências realizadas;

e) Em Matemática, jogos com números, etc;

3.º — Esses trabalhos depois de corrigidos e classificados, serão colocados pelos próprios alunos no seu jornal mural.

Desta forma o Jornal Mural representará não só uma afirmação de actividade militante dos alunos no campo ideológico, como também poderá representar a evolução didáctica e pedagógica da turma, curso ou ano, em cada uma das matérias curriculares.

Não exigirá mais tempo que o das próprias aulas e será ao mesmo tempo uma forma de avaliação contínua dos alunos.

Havia em certa terra um homem de tal maneira vaidoso que declarou ter uma vaca à disposição de quem provasse ser mais inteligente do que ele.

E depois que assim falou, não deixava de levar consigo a vaca, sempre que saía de casa.

Ouvindo falar de outro homem a quem toda a gente elogiava a esperteza, decidiu ir visitá-lo mas não o encontrando em casa, perguntou ao rapaz, filho da pessoa que procurava:

— «Onde está o teu pai?»

— «Está puxando o nosso «lugar» para ficar mais perto da nossa casa» respondeu o rapaz.

— «Tu estás doido! É lá possível trazer o «lugar» para mais perto da casa? Que loucura é essa?»

— «Então o senhor não sabe que um «lugar» também se pode puxar?»

— «Pois pode-se. Quando se limpa todo o caminho entre a casa e o «lugar» este fica mais próximo daquela porque o caminho torna-se mais fácil de percorrer.»

O vaidoso concordou com o rapaz a quem olhou com alguma consideração e este, como quizesse obsequiar o hóspede foi pedir a sua mãe que trouxesse que comer. A mãe então trouxe um prato com farinha de milho cozida, um jarro com leite e saú como é a regra.

Logo o rapaz pegou no jarro e deitou o leite na farinha para poder fazer a papa.

Mas como agarrou o jarro com a mão esquerda o homem disse-lhe: — «Agradeço a tua hospitalidade mas não posso comer essa papa, porque foste contra a regra de que só a mão direita é digna de pegar nos alimentos e nunca a esquerda».

«Isso resolve-se com facilidade», disse o rapaz e, pedindo nova farinha e leite, disse ao visitante: — «Aí tem esse jarro. Aquilo que me disse há pouco será justo, se o senhor for capaz de separar o leite que foi tirado com a mão direita, do que foi tirado com a mão esquerda. Porque é sabido que, nesse serviço as mulheres utilizam as duas mãos.»

Por momento o homem ficou a pensar.

— «Meu rapaz! Era tanta a minha vaidade que prometi uma vaca a quem fosse mais inteligente do que eu e me ensinasse qualquer coisa de útil. Foi por isso que quiz falar com ele.»

E indo buscar a vaca que amarra a uma árvore à entrada da morança, concluiu:

— «É com alegria que te dou esta vaca porque acabas de me dar a lição que há muito eu precisava.»

Violentos combates em Beirute

BEIRUTE (TASS) — O dia de terça-feira foi marcado por recontros, os mais violentos destes últimos tempos, na capital libanesa. Registaram-se em quase todos os bairros da capital libanesa, compreendendo o centro, combates apoiados pela artilharia e outras peças pesadas. Estes combates provocaram incêndios em vários bairros, nomeadamente, no porto de Beirute.

Durante o dia, oficiais mediano-orientais prosseguiram os seus contactos e consultas com personalidades políticas e religiosas libanesas, para se chegar a um cessar-fogo.

Na terça-feira, foi tornado público uma mensagem de Hamid Frangie, irmão do Presidente libanês, na qual apela a Soleiman Frangie para que se demita, tendo em conta os interesses da unidade do país.

Segundo o governo sahariano

Derrotados no campo de batalha forças invasoras voltam-se contra as populações civis

ARGEL (TASS) — Mohamed Lamine Ould Ahmed, primeiro-ministro da República Árabe Sahariana Democrática, deu na segunda-feira de manhã no Hotel Saint-Georges, em Argel, uma conferência de imprensa, na qual fez o ponto da situação militar e diplomática no Sahara Ocidental. Assistiu a esta conferência o presidente do Conselho Nacional Provisório Sahariano (CNPS), Ould Ziou.

Sobre a situação militar, o primeiro-ministro sahariano precisou que os combatentes derrotaram as tropas de invasão marroquina-mauritanianas no decorrer dos combates que se desenvolveram durante o último trimestre, nas regiões de Smara, Jdiria e Haouza. As forças inimigas viram-se obrigadas a abastecer-se por via aérea.

Em represália, as tropas marroquinas e mauritanianas voltam-se contra a população civil sahariana.

Por outro lado, os reveses sofridos pelo exército marroquino provocaram deserções nas suas fileiras. Mohamed Lamine sublinhou a este respeito, que tais actos resultavam do facto de os povos marroquino e mauritaniano estarem longe de seguir a política dos seus dirigentes.

Encontro Samora Machel e Álvaro Cunhal

Fazer face à reacção em Moçambique e Portugal

MAPUTO (AFP) — Depois de uma visita de dois dias a Moçambique, a delegação do Partido Comunista Português dirigida por Álvaro Cunhal, deixou Maputo anteontem a caminho de Luanda.

O presidente Samora Machel, tomando a palavra durante o banquete oferecido em honra da delegação portuguesa, acentuou «a necessidade de deter as actividades reaccionárias em Moçambique e Portugal». Álvaro Cunhal afirmou, por sua vez, que a FRELIMO «poderia contar com o Partido Comunista Português em todas as circunstâncias».

As conversações que se realizaram em Maputo (Moçambique) entre dirigentes da FRELIMO e do PCP terminaram anteontem.

Estas conversações, que começaram na segunda-feira, e tinham por

objectivo «reforçar os laços de militância entre os dois partidos», reuniram o presidente da FRELIMO, Samora Machel, o vice-presidente, Marcelino dos Santos, o ministro do Interior de Moçambique, Armando Guebuza, assim como os seus colegas encarregados respectivamente da Informação e do Trabalho, Jorge Rebelo e Mariano Matsinhe. O secretário do Partido Comunista Português, Álvaro Cunhal, estava acompanhado de dois responsáveis da sua organização política, Joaquim Gomes e Aurélio Santos.

«O objectivo destas conversações», indicou Samora Machel que presidiu aos trabalhos e inaugurou a reunião de terça-feira, é o de encontrar um acordo sobre as formas de cooperação que permitirão fazer face à reacção e aos obstáculos na marcha da revolução em Moçambique e em Portugal».

«Nesta via, contribuiremos para o progresso da revolução mundial», acrescentou Samora Machel, antes de qualificar Moçambique de base das «forças progressistas e das forças revolucionárias no mundo».

A visita a Moçambique dos dirigentes do PCP, visita a convite da FRELIMO, seque-se à ruptura, no início do mês, das negociações oficiais entre os governos de Portugal e de Moçambique, respeitantes

a diversos domínios do processo de descolonização. A delegação governamental portuguesa, que tinha conduzido estas negociações, sob a direcção de Gomes Mota, secretário de Estado da Cooperação, tinha deixado Maputo em 7 de Março, pouco depois da sua abertura,

Conselho de Segurança debate agressões israelitas

NOVA YORK (TASS) — O Conselho de Segurança das Nações Unidas terminou na terça-feira a discussão sobre as acções bárbaras de Israel perpetradas no lado ocidental do Jordão e em outros territórios ocupados.

O Conselho estudará um projecto de resolução sobre o problema examinado, que será apresentado por um grupo de países árabes e de não-alinhados.

«Os actos das autoridades israelitas agravam a tensão no Médio Oriente e põem em causa as perspectivas de resolução pacífica nesta região», sublinhou no decorrer da sessão de fecho o delegado da França, Jacques Lecompere.

«A evacuação das tropas israelitas de todos os territórios árabes ocupados é uma condição sine qua non da instauração de uma paz justa e durável no Médio Oriente», acrescentou o representante da França.

Os representantes da Jordânia e da Síria, do Egipto e da OLP apelaram ao Conselho de Segurança para que obrigue Israel a responder pela destruição dos edifícios árabes, pelo assassinato de habitantes pacíficos, pela sua política colonial e racista e pelo terror que semeia nos territórios árabes invadidos.

Em nome do povo palestino, Terazi, representante da OLP, agradeceu a todos os países membros da ONU, que exprimiram a sua inquietação face à tensão nos territórios árabes ocupados por Israel. «Para nós, é um apoio concedido à justa luta do nosso povo, à sua luta contra a ocupação e à dominação estrangeira», sublinhou.

Golpe de estado

(Continuação da 1.ª página)

Ministro do Interior: general Cesáreo Cardozo; Negócios Estrangeiros: contra-almirante António Vanek; Educação: contra-almirante Carlos Guzetti; Defesa: general José Maria Romero; Justiça: general Júlio Gomez; Economia: general Joaquim de las Heras; Trabalho: general Lúcio Harry Mazzola; Bem-Estar Social: general Reynaldo Brignone; Informação: capitão de Fragata Ariboti; Presidente de Câmara de Buenos Aires: general Eduardo Crespi; e Rádio-televisão: capitão de Fragata Di Mena.

Segundo a mesma fonte, estes chefes militares não farão mais que assumir a condução do seu departamento ministerial até à designação

(Continua na página 2)

Somália

Experiências de desenvolvimento com Cooperativas Agrícolas

MAGADÍSCIO (TASS) — Um desenvolvimento eficaz da agricultura, o melhoramento das condições materiais dos camponeses e as medidas visando o abastecimento do país de produtos alimentares, no mais breve prazo, são realizáveis dadas as condições de cooperação e de organização de importantes explorações de estado. Esta declaração foi prestada por Mohammed Ahmed, Secretário de Estado da Agricultura da Somália.

O programa da união dos camponeses dotados de pequenos pedaços de terra, que foi preparado pelo governo em Outubro de 1975, dá os seus frutos. Numerosos camponeses convencidos das vantagens que oferece o trabalho colectivo, renunciam à exploração individual da terra e aderem às cooperativas.

Existem actualmente 115 explorações colectivas agrupando mais de 120 000 camponeses. As cooperativas possuem, no total, terras que a-

tingem 21 000 hectares. A maior parte das cooperativas dedica-se a cultivar plantas que fornecem ricas colheitas. As cooperativas comercializam ao Estado a produção a preços fixos.

O governo concede aos camponeses uma ajuda e um apoio multiformes, oferecendo-lhes a título gratuito, quando da organização da exploração, de importantes fundos, sementes, material agrícola, tornando-lhes créditos a longo prazo.

As autoridades dão uma atenção não descuidada à criação de cooperativas nas cidades de Djouba e Chebeli, onde 100 000 nómadas, experimentados pelas secas, foram instalados em Julho último. Prevê-se a valorização, nos próximos anos, de 54 000 hectares de terras desérticas e a conversão desta região em fornecedora principal de produtos agrícolas. O «Hiddigta Octóbar» sublinhou que projecta-se criar nada mais que 60 cooperativas.

ritiano estarem longe de seguir a política dos seus dirigentes.

A propósito do anúncio da visita do monarca de Rabat a França, o primeiro-ministro sahariano declarou que este encontro é devido à crise que prevalece no interior de Marrocos.

Sobre a posição da Liga Árabe em relação à questão sahariana e a sua não-inscrição na 65.ª sessão, Mohamed Lamine indicou que o presidente da CNPS tinha-se encontrado com o secretário-geral e que este último não tinha dado a conhecer a sua posição. Nós admiramos nos da não-inscrição da questão do Sahara Ocidental quando da sessão da Liga Árabe, dado que a Organização da Unidade Africana, inscreveu-a na 26.ª sessão, adoptando decisões sobre esta questão, acrescentou, aliás, o primeiro-ministro.

Considerando que os países árabes não estão suficientemente informados sobre os dados do problema sahariano, o primeiro-ministro da RASD exprimiu o desejo de que a Liga Árabe envie uma missão de informação e inquérito até junto dos refugiados, como fizeram as Nações Unidas.

Crise do sistema capitalista

PRAGA (TASS) — O novo agravamento da crise monetária atesta o aprofundamento da crise geral do sistema capitalista, declarou na passada terça-feira a Federação Sindical Mundial. A situação agravou-se na sequência das maquinacões das sociedades multinacionais que, na tentativa de superproteitos, recorrem às especulações monetárias gigantescas.

A FSM sublinha que isso implica a subida dos preços, a elevação da taxa de desemprego, a degradação do nível de vida dos trabalhadores dos países capitalistas.

Morreu o realizador Visconti

ROMA — O realizador de cinema Luchino Visconti faleceu nesta cidade, após uma gripe com complicações cardio-respiratórias. Tinha 70 anos.

Visconti era considerado, juntamente com Antonioni, Fellini e Pasolini, um dos grandes nomes do cinema moderno italiano.

Entre os seus filmes contam-se «O sentimento», «O leopardo», «Obsessão», «Rocco e os seus Irmãos», «Morte em Veneza», «O Crepúsculo dos Deuses», e, à data da morte, estava empenhado na produção de um novo filme, «O Inocente».

JOANESBURGO (ANOP) — A retirada, até o próximo fim de semana, de todas as tropas sul-africanas de Angola, parece hoje virtualmente assegurada, depois de ter sido anunciada uma visita dos órgãos de informação ao local do acontecimento.

A visita dos correspondentes estrangeiros é organizada pelo ministério da Defesa e pelo departamento da Informação da África do Sul.

O primeiro ministro sul-africano, John Vorster, anunciou no domingo que as tropas ainda estacionadas no sul de Angola retirar-se-ão desde que a segurança da barragem de Calueque fosse garantida.

O.N.U. AJUDA MOÇAMBIQUE

NOVA YORK (ANOP) — Atendendo a uma recente resolução do Conselho de Segurança, e após consultas com o ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, o secretário-geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim, decidiu durante o próximo fim de semana enviar uma missão a Maputo para organizar um programa de assistência financeira e técnica.

A missão, cuja chegada a Moçambique está prevista para o dia 2 de Abril, é chefiada pelo subsecretário-geral Adyrahim Aby Farah, e integrada por mais quatro elementos.

ACORDOS ENTRE PORTUGAL E S. TOMÉ E PRÍNCIPE

LISBOA (ANOP) — Foram esta manhã assinados acordos de cooperação entre a República de Portugal e a República Democrática de S. Tomé e Príncipe, no âmbito da segunda fase de conversações entre os dois países.

Assinaram os acordos, pela parte portuguesa, o ministro de cooperação, comandante Vitor Crespo, e, por S. Tomé e Príncipe, o ministro dos Negócios Estrangeiros, dr. Leonel Mário d'Alva.

Foram assinados protocolos de acordos sobre a transferência do Banco Nacional Ultramarino, créditos do Banco do Fomento Nacional, Indústria e Seguros, Funcionalismo Público e declarações de intenção sobre o estatuto de pessoas e regime dos seus bens e sobre problemas decorrentes da nacionalização das propriedades agrícolas.

RODÉSIA REJEITA PROPOSTA INGLESA

SALISBÚRIA (AFP) — O primeiro ministro rodésiano, Ian Smith, rejeitou na tarde da passada terça-feira a proposta do Governo britânico de participar de novo na procura de uma solução ao problema constitucional da Rodésia. Smith estima que esta oferta não traz nenhuma esperança de progresso real na resolução do problema.

VIETNAME DEVOLVE INSULTOS AOS E.U.A.

SAIGÃO (FAP) — O quotidiano oficial sul-vietnamita «Giai Phong» reagiu vivamente na passada terça-feira às declarações que acaba de fazer o presidente Ford, que qualificou os norte-vietnamitas de «bandos de piratas internacionais».

Na realidade os Estados Unidos é que «são os piratas internacionais», escreve o «Giai Phong». «São, acrescenta ainda, os presidentes americanos Eisenhower, Johnson, Nixon ou Ford que são piratas internacionais, foram eles que massacraram e pilharam não somente no Vietnam mas também no Laos, no Camboja, na Coreia do Sul, na Tailândia, no Próximo Oriente e em múltiplos outros pontos do globo».

4 presidentes reunidos em Lusaka

LUSAKA (TASS) — Iniciou-se ontem em Lusaka uma conferência restrita, a nível de chefes de estado de Moçambique, da Tanzânia, da Zâmbia e do Botswana, para se discutir os meios susceptíveis de reforçar a luta do povo do Zimbabwé contra a dominação racista.

Aguardava-se que os dirigentes do Conselho Nacional Africano, Joshua Nkomo e o bispo Abel Muzorewa tomassem parte nesta conferência que se realiza, facto marcante a seguir ao fracasso das «conversações constitucionais».

INICIARAM-SE OS TRABALHOS

LUSAKA (AFP) — Os quatro chefes de estado africanos reunidos em Lusaka, os presidentes Kenneth Kaunda, da Zâmbia, Julius Nyerere, da Tanzânia, Samora Machel, de Moçambique, e Seretse Khama, do Botswana, iniciaram os seus trabalhos da cimeira, ao fim da tarde de ontem, no Palácio presidencial, nos arredores da capital zambiana.

Os dirigentes das alas interna e externa do Conselho Nacional Africano, Joshua Nkomo e o bispo Abel Muzorewa, não participaram na abertura dos trabalhos.

Cabo Verde

Entrevista com o Ministro da Educação

(Continuação da página 3,

cularmente no ensino primário, mas também no ensino secundário. Fizemos um trabalho de elaboração de textos patrióticos, textos ligados à história de Cabo Verde e da África, textos que ensinam as crianças a ter amor à sua terra, ao seu Partido. Como balanço positivo da nossa actividade temos já textos elaborados para a 1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª classes.

Está em fase de acabamento um pequeno manual da história de Cabo Verde, que necessariamente na sua segunda parte terá a história da Guiné e Cabo Verde e a história da África. Portanto, tivemos que traçar uma estratégia de programas do nosso ensino, atacando aquelas disciplinas a que a administração colonial recorria para deformar as nossas crianças e a nossa juventude em geral. Por isso, hoje nós podemos afirmar que dentro de pouco tempo teremos livros feitos por nós, nas escolas primárias de Cabo Verde, textos que falam sobre coisas de Cabo Verde numa perspectiva de solução dos problemas de Cabo Verde, do desenvolvimento de Cabo Verde devidamente enquadrados nos princípios e objectivos do Partido traduzidos na prática do dia a dia, porque é que o Partido quer a unidade da Guiné e Cabo Verde, porque é que nós lutamos pela unidade africana. Pensamos que é fundamental que as nossas crianças aprendam e en-

tendam claramente, desde os primeiros anos de escola.

A elaboração de livros para disciplinas mais especializadas como Ciências Naturais, Física e outras, necessita um trabalho de pesquisa para o qual nós não temos quadros. Vemos que no domínio de mineralogia e zoologia os portugueses nunca fizeram um trabalho de pesquisa na nossa terra. As nossas crianças aprendiam de cor os nomes dos rios, dos caminhos de ferro de Portugal, mas não aprendiam a composição das rochas que pisam todos os dias, dos ribeiros, dos montes que se encontram na sua terra, não sabiam qual é a utilidade das coisas que existem na nossa terra para o seu desenvolvimento, como resolver os problemas existentes no nosso país. Nós é que temos que fazer este trabalho o mais depressa possível.

«No nosso programa de trabalho, quanto à programação, tivemos que começar pelo ensino primário, porque é o domínio de ensino que mais marca as crianças e que abrange a maior quantidade. Temos 60 a 62 000 crianças nas escolas neste momento. Este número não se refere às crianças que frequentam a pré-primária, que está ligado ao Instituto de Solidariedade através de creches que o Instituto está a criar. Dando a prioridade ao ensino primário, não nos esquecemos do ensino preparatório que é um ensino que os colonialistas criaram aqui e chamaram de «gratuito e obrigatório». É um exemplo de demagogia que prejudicou, profundamente, a nossa terra. Basta acrescentar que esse ensino preparatório foi criado sem que fossem preparadas estruturas que tal ensino exige. A única ilha que dispõe de um edifício apropriado para o ensino preparatório é a ilha do Fogo. Esse edifício foi construído para servir de quartel, mas um pouco antes da independência, quando começou o período de agitação política, bastante grande, quando eles entenderam, de uma forma clara, a inviabilidade de prosseguir com a criação das estruturas de repressão, fizeram lá uma escola».

OS NÚMEROS TRADUZEM UMA SITUAÇÃO FICTÍCIA

«Se falarmos em termos de números, sobre a situação do nosso ensino, vemos que traduzem uma situação profundamente fictícia. Por isso a nossa preocupação é transformar esse carácter fictício da nossa situação, num carácter real, profundamente engajado na nossa luta e ligado às realidades de Cabo Verde. Só assim é que a escola, de facto, terá o papel que nós pensamos que ela deve ter. Para isso tivemos que dar uma grande importância à formação de professores. Apesar dos problemas que temos, o nosso Governo, em colaboração com o Instituto de Solidariedade, que nos financia esta iniciativa, criou muitas es-

colas de formação de professores. Pensamos que o problema não é só de criar mais instituições, que o problema não é só um quantitativo, mas é, principalmente, um problema de ordem qualitativa. Esperamos tirar resultados bastante positivos destas escolas de formação de professores, que têm uma frequência de aproximadamente 300 alunos aqui em São Domingos, dos 14 aos 18 anos e que mobiliza perto de 14 professores. Pensamos que esta escola pode vir a ter um papel bastante decisivo na nossa política de formação de professores».

«Estes são os problemas numa maneira geral que nós tentamos atacar. Mas a nossa maior preocupação é a ligação da escola com o mundo de trabalho, que é o princípio de ensino que nos serve mais. Começámos a tentar pôr em prática esse princípio nas escolas directamente ligadas às estruturas do Ministério de Educação, como a Escola Técnica. O nosso objectivo é, em curto prazo, converter essa escola numa unidade produtiva de facto, tentar através dessa escola resolver problemas de material escolar, para que a própria reorganização da escola possa responder às suas necessidades».

— *Aqui, em Cabo Verde, o que é que está a ser feito na alfabetização de adultos?*

«Sobre o problema de alfabetização nós pensamos que o método que melhor nos convém é o método de Paulo Freire, que esteve aqui há pouco tempo, e que nos ajuda neste trabalho. Para este trabalho foram constituídas duas comissões. Decidimos fazer experiências localizadas antes de alastrar essas experiências. Isso permite-nos fazer um inventário das nossas possibilidades, no que respeita a esse trabalho e fazer um inventário de palavras geradoras que segundo esse método devem ser empregadas não esquecendo a complexidade da realidade de Cabo Verde. Parece-me que o trabalho dessas duas comissões tem sido bastante bom. As comissões começaram o seu trabalho na Praia e em Santa Catarina, em ligação com o Partido. Estão a formar alfabetizadores, explicando que para nós, fazer alfabetização é acima de tudo fazer também um bocado de política».

— *Durante este período de experiência que levam já os nossos dois países independentes, tem havido contactos entre o Comissariado da Educação na Guiné e do Ministério da Educação em Cabo Verde, no quadro da Unidade.*

«Isso são problemas que têm merecido a nossa atenção comum e parece-me que em comum, nós podemos procurar as vias concretas da sua realização. Portanto pensamos que a educação tem um papel fundamental no reforço da unidade da Guiné e Cabo Verde, levar essa unidade que já existe no seio do Partido a alastrar-se de forma consciente».

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

RACISTAS CONTINUAM A PROVOCAR

JOANESBURGO (ANOP) — A Polícia sul-africana prendeu oito soldados moçambicanos que atravessavam a fronteira da República da África do Sul em perseguição de brancos que procuravam refúgio neste país — informou hoje o ministro da Polícia, Jimmy Krugger. Estas prisões assinalam o primeiro incidente fronteiriço sério desde que Moçambique ascendeu à independência, em vinte e cinco de Junho do ano passado.

LOPO DO NASCIMENTO NA ARGÉLIA E LÍBIA

LUANDA (AFP) — O Primeiro-Ministro da República Popular de Angola, Lopo do Nascimento, visitará a Argélia e a Líbia, soube-se de fonte oficial em Luanda.

PENA DE MORTE NA ARGENTINA

BUENOS AIRES (AFP) — A Junta no poder, na Argentina, anunciou que «*todos os que atentem contra a vida dos membros das forças de segurança, policiais ou militares*» serão punidos com a pena de morte.

Este anúncio foi feito no 5.º comunicado da Junta difundido pela Rádio Nacional Argentina, controlada pelas novas autoridades.

FORD BATIDO

RALEIGH (CAROLINA DO NORTE) — (AFP) — Ronald Reagan alcançou clara vitória sobre o Presidente Gerald Ford, na eleição primária republicana de Carolina do Norte. Após terem sido contados 96 por cento dos postos de votação, o antigo governador da Califórnia tinha seis pontos de avanço sobre o chefe executivo.

Do lado democrático, Jimmy Carter infligiu uma derrota ao governador George Wallace (Alabama), com uma distância de mais de 100 000 votos.

GROMYKO-WILSON: AMBIENTE REALISTA

LONDRES (TASS) — O ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Andrei Gromyko, foi recebido pelo Primeiro-Ministro britânico, Harold Wilson. Gromyko e Wilson procederam a uma troca de pontos de vista sobre as relações soviético-inglesas e sobre vários problemas da actualidade internacional. O encontro desenrolou-se num ambiente realista e construtivo.

Golpe de estado na Argentina

(Continuação da página 7)

de novos titulares; mas não serão ministros.

As forças que operam sob o comando da Junta controlam a totalidade do território, anunciou ontem a Rádio Nacional Argentina.

COMO ESTUDAR?

(Continuação da página 6)

- 4 — Fazer um resumo do que leu
- 5 — Fazer esquemas da matéria e tirar os apontamentos necessários
- 6 — Realizar os trabalhos de casa e os exercícios correspondentes à matéria que se está a estudar.

O método que se indica, só poderá ser útil havendo colaboração entre professor e aluno, para além de que há a fazer certas adaptações de disciplina para disciplina.

Este é um tema que nos tinham pedido que tratássemos nas nossas colunas. Outros se poderão seguir para apoiar os alunos. Para isso só será necessário que digam para o nosso Departamento quais os assuntos que desejam ver abordados nas nossas páginas.

Por outro lado, o tráfego automóvel recomeçou de madrugada. Um comunicado difundido à noite pela Junta Militar tranquilizou a população, dando-lhe a garantia que «o abastecimento normal da capital será assegurado, assim como o funcionamento dos serviços públicos».

No entanto, soldados armados proibem a circulação em algumas artérias do centro da cidade, nomeadamente nos arredores do palácio presidencial, onde blindados e tropas motorizadas tomaram posição à noite.

Uma ordem de greve geral ilimitada foi lançada pelas sessenta e duas organizações sindicais peronistas. Estas sessenta e duas organizações sindicais, compostas unicamente de cerca de dois milhões e meio de trabalhadores. Praticamente, todos os sindicatos que compõem a Confederação Geral do Trabalho se filiaram igualmente ao grupo dos 62.

FOI MILITARIZADA A PRODUÇÃO

A Junta Militar difundiu ontem de manhã um comunicado precisando que «todas as fontes de produção privadas e públicas serão doravante consideradas com de interesse militar».

Esta decisão do governo militar parece responder à decisão tomada na passada terça-feira a tarde pela Confederação Geral do Trabalho de desencadear uma greve geral. A Junta, diz um outro comunicado difundido na manhã de ontem, «conta com a colaboração de toda a população» porque a sua tomada do poder «não é dirigida contra nenhum particular, político ou social».